



REQUERIMENTO	Número	/	(. ^a)	
PERGUNTA	Número	/	(. ^a)	
Assunto:					
Destinatário:					

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Continuamos a assistir a um discurso de desresponsabilização do Governo face ao drama que constitui a violência no desporto.

Em vez de assumir o papel que lhe cabe no combate e prevenção da violência no desporto, o Senhor Ministro da Educação continua a laborar no mesmo registo de inação, refugiando-se continuamente numa atitude passiva, considerando e afirmando que "O governo está aqui para fazer moderação", conforme reafirmou ontem o Senhor Ministrona apresentação do livro 'Contas de Cabeça', na Cidade do Futebol, em Oeiras.

O Senhor Ministro da Educação insiste no papel de moderação e apaziguamento. Ora, o Senhor Ministro não é um mero árbitro ou moderador – cabendo-lhe, sim, assumir um papel ativo nesta matéria.

É o que a sociedade espera de quem tutela o Desporto em Portugal.

No entanto, e ao invés de uma atitude responsável, o Governo tem-se revelado incapaz da tomada de medidas que contribuam para a resolução deste clima de intolerância, ódio e violência.

Exemplo disso é a revisão da Lei n.º 52/2013, que procede à segunda alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, estabelecendo o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança.

Esta lei alterou profundamente o enquadramento legal da violência nos espetáculos desportivos, e prevê, no seu artigo 5.º, que, decorridos dois anos da sua entrada em vigor, o Governo promova a avaliação da implementação do regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança".

Decorridos mais de dois anos de mandato, o Governo continua a falhar nesta obrigação legal.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados do PSD abaixo assinados vêm por este meio requerer ao Ministro da Educação, por intermédio de Vª Exª, resposta à seguinte questão:

- Quando irá o Governo cumprir a sua obrigação e responsabilidade legal de proceder à avaliação da implementação da Lei n.º 52/2013, cujo prazo, previsto na própria lei, já foi ultrapassado?

Palácio de São Bento, 16 de março de 2018

Deputado(a)s

MARGARIDA MANO(PSD)

JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

ANA SOFIA BETTENCOURT(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)